

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Direito concorrencial e regulação

Alexandre Ditzel Faraco	9
1 Introdução.....	9
2 Direito concorrencial e regulação.....	11
3 A competência do SBDC em setores regulados.....	19
4 A experiência brasileira de controle de condutas em setores regulados.....	29
5 A experiência brasileira de controle de concentrações em setores regulados.....	35
6 Conclusão.....	39

Concesiones de carreteras en Brasil y Chile – Aspectos jurídicos comparados

André Castro Carvalho, Carlos Silva V.	43
1 Contextualización.....	44
2 Modelos de regulación de concesiones de carreteras en Brasil y Chile.....	46
2.1 Datos iniciales.....	46
2.2 Modelos de concesiones en la legislación de los países.....	49
2.3 Modelos regulatorios y cambios de los contratos.....	51
3 “Free Flow” en concesiones de carreteras y el peaje urbano en Brasil y Chile.....	56
4 Vía alternativa gratuita en Brasil y Chile.....	60
Referencias.....	63

Para a compreensão do direito pós-moderno

Diogo de Figueiredo Moreira Neto	67
Apresentação.....	67
1 Introdução.....	68
2 Considerações sobre a gênese do Direito.....	72
2.1 A gênese do Direito a partir do poder.....	72
2.2 A gênese do Direito a partir da sociabilidade.....	74
3 A transformação da sociedade.....	76
4 A transformação do Direito.....	78
5 A transformação do Estado e de suas funções.....	81
6 Observações finais.....	84

Passado, presente e futuro da regulação econômica no Brasil

Egon Bockmann Moreira	87
Introdução.....	88
1 O direito da regulação econômica.....	90
1.1 As técnicas regulamentares.....	92
1.2 Os sujeitos reguladores.....	93
1.3 As fontes regulamentares.....	93
1.4 O objeto regulado.....	94
1.5 A intensidade regulatória.....	96
1.6 Os múltiplos aspectos de um fenômeno dinâmico.....	97

2	O direito da antiga regulação econômica	99
2.1	As Constituições brasileiras e o relacionamento do Estado com a economia.....	99
2.2	As Constituições brasileiras e os regulamentos “de execução”.....	101
2.3	As Constituições brasileiras, o relacionamento do Estado com a economia e os regulamentos “de execução”	103
3	O Direito da nova regulação econômica	104
3.1	A autonomia do art. 174 da Constituição brasileira – O regulamento econômico.....	105
3.2	Algumas das peculiaridades do art. 174 da Constituição brasileira.....	106
3.3	As Emendas Constitucionais e a legislação ordinária – A mudança estrutural.....	107
3.4	Os muitos pêndulos da economia brasileira – Seu movimento assíncrono	109
4	O futuro do Direito da regulação econômica.....	110
4.1	Os desafios às agências reguladoras independentes – Migração, locaute e inanição	111
4.2	Os desafios às agências reguladoras independentes – <i>Captura bifronte</i>	113
4.3	A endorregulação e a captura pública de setores econômicos.....	114
	Considerações finais	118

Os procedimentos administrativos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e a natureza jurídica das decisões terminativas proferidas pelo CADE

Mariana Almeida Kato	119	
1	Introdução.....	119
2	Dos procedimentos administrativos do CADE.....	120
2.1	As gerações de processos e os processos administrativos do CADE.....	120
2.2	Espécies de processos e procedimentos	122
3	Natureza jurídica das decisões terminativas proferidas em processo administrativo sancionatório.....	124
3.1	Compromisso de cessação de prática.....	125
3.2	Sanção administrativa.....	128
4	Decisões terminativas proferidas em processo administrativo preventivo	129
4.1	Aprovação plena.....	130
4.2	Aprovação condicionada.....	131
4.3	Não aprovação	133
5	Considerações finais.....	136

Agências reguladoras e autoridades da concorrência em conflito

Natália de Almeida Moreno	137	
1	Introdução.....	138
2	Agências reguladoras, autoridades da concorrência e a ordenação da economia.....	140
2.1	Regulação técnica.....	145
2.2	Regulação econômica.....	146
2.3	Regulação da concorrência.....	153
3	A defesa de conduta regulada em procedimentos antitrustes.....	156
3.1	Critérios para solução de conflitos.....	158
3.1.1	Especialidade da legislação setorial	159
3.1.2	<i>Primary jurisdiction doctrine</i>	161
3.1.3	<i>Filed rate doctrine</i>	161
3.1.4	<i>State action doctrine</i>	163
3.1.5	<i>Implied antitrust immunities doctrine</i>	165
3.2	<i>Leading cases</i>	166
3.2.1	Suprema Corte Estadunidense e os casos Trinko e LinkLine	166

3.2.2	Tribunal de Justiça Europeu e os casos Deutsche Telekom e Telefónica.....	168
3.2.3	Balanço crítico	171
4	Coordenação e complementaridade de funções – Alguns parâmetros para a harmoniosa incidência do direito da concorrência em ambientes regulados.....	173
5	Conclusão.....	176
	Referências.....	177

O cumprimento da função social da propriedade no novo Direito Antitruste brasileiro

Otacílio dos Santos Silveira Neto	183	
1	Introdução.....	183
2	A função social da propriedade – Antecedentes e significados.....	186
3	A função social da propriedade no Direito Antitruste brasileiro.....	191
4	Conclusão.....	196
	Referências.....	199

Concorrência em licitação – O exemplo dos aeroportos

Pedro Dutra	201
--------------------------	-----

Poder compensatório e equilíbrio – Convergências entre liberalismo e direitos fundamentais

Rogério Telles Correia das Neves	207	
1	Introdução.....	207
2	Paixão compensatória e seus reflexos.....	209
3	Pensamento liberal e os direitos	212
4	Paixão compensatória e gênese dos direitos fundamentais.....	217
5	Economia de mercado e desenvolvimento dos direitos fundamentais.....	220
6	Conclusão.....	224
	Referências.....	226

Regulação estatal sob a ótica da organização administrativa brasileira

Sérgio Guerra	229	
	Introdução.....	229
1	Fundamento da regulação estatal à luz do sistema jurídico.....	232
2	Mecanismos de intervenção regulatória pelo Estado brasileiro.....	235
3	Agências Reguladoras brasileiras e os influxos estrangeiros na composição do sistema estatal de regulação.....	237
4	A necessária correção de falhas do sistema regulatório exercido pelas entidades reguladoras brasileiras.....	242
	Conclusões	246

A deterioração do sistema regulatório brasileiro

Vitor Rhein Schirato	249	
1	Introdução.....	249
2	As bases teóricas da regulação independente.....	252
2.1	Primeiro vetor – Organização da Administração Pública	255
2.2	Segundo vetor – Mecanismos de formação de decisões.....	259
2.3	Terceiro vetor – Mecanismos de controle da regulação.....	263
3	As causas da deterioração do sistema regulatório brasileiro	265
3.1	A quebra da independência das autoridades reguladoras.....	265

3.2	A quebra da obrigação processual.....	268
3.3	O descompasso do controle	270
4	Conclusão.....	272
	Referências.....	272
ÍNDICE		275
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES		279